

Narrativas jornalísticas de violência entre relato e representação: elementos para análise de um fenômeno midiático

Sergio do Espirito Santo Ferreira Junior¹

Alda Cristina Costa²

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar elementos para analisar narrativas jornalísticas de violência, um fenômeno midiático da sociedade brasileira, a partir de dois conceitos: o de relato sobre a sociedade e o de representação social. Tomamos essas narrativas como fenômeno midiático, pois, na articulação desses dois níveis, realiza-se um processo de produção de sentido social sobre a realidade, no qual o fenômeno midiático inscreve e realimenta os conhecimentos sobre a violência urbana, reinserindo-a na vida da sociedade.

Palavras-chave: Narrativa jornalística; Fenômeno midiático; Relato sobre a sociedade; Representação social; Violência.

Introdução

Narrativas que falam da sociedade, que condicionam as nossas percepções sobre o espaço urbano, que se relacionam com o medo que temos na e da cidade. Na sociedade brasileira, parte dessas narrativas emerge do jornalismo e das rotinas midiáticas, ao mesmo tempo em que também são difundidas cotidianamente, quer em redes sociais digitais quer nas relações face a face. Formam uma urdidura simbólica na qual nos situamos, pensamos a nós mesmos e nos relacionamos tanto com o fenômeno da violência urbana quanto com aquilo que identificamos como seus agentes, pacientes e condições. As narrativas levantam questões sobre o que experimentamos, o que pensamos, como sabemos e concebemos nossas realidades.

A narrativa, ao apresentar enredos, acontecimentos, personagens e valorações, fala-nos sobre a realidade, mas nos fala sobre nós e o mundo que habitamos, um mundo compartilhado. Organiza simbolicamente nossa realidade, por meio de uma ação simbólica de constituição da ordem na difusão e virtualidade heterogêneas da vida social (MOTTA, 2013). Podemos conceber as narrativas como um problema de

¹ Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com período sanduíche em Sociologia pela Universidade do Porto (UP). Integrante do projeto de pesquisa Mídia e violência: percepções e representações na Amazônia. E-mail: esferreira.sergio@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da UFPA. Coordenadora do projeto de pesquisa Mídia e violência: percepções e representações na Amazônia. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com.

conhecimento sobre essa realidade que nos circunda, mas uma realidade à qual se sobrepõe o que sobre ela pensamos. Nessa medida, as narrativas, constituídas pela linguagem, tornam-se um objeto socialmente acessível, que participa da construção social da realidade por fenômenos de significação, nos quais a subjetividade dos atores e das formas sociais, assim como a compreensão sobre essa realidade, é integrada aos objetos da nossa vida (BERGER; LUCKMANN, 1991).

Esse problema da construção social da realidade pelo jornalismo e pela comunicação não é novo nem inédito. Debruçaram-se já sobre o debate autores que falam, sobretudo, a partir dos estudos de mídia e comunicação, nas perspectivas do contexto, dos conteúdos, das instituições corporativas ou mesmo a partir da própria Sociologia do Conhecimento (CORREIA, 2009; MEDITSCH, 2008; MOTTA, 2013; PARK, 1940; TUCHMAN, 2002). As narrativas, podemos pensar em um primeiro momento, recaem no domínio do conteúdo e olhar para elas requereria apenas uma análise do texto em sua estrutura, compreendendo seus elementos, como enredo, personagens ou eventos narrativos. No entanto, as narrativas não existem *per se*. Ou melhor, não se relacionam com a realidade como objetos *per se*. Olhá-las é olhar não apenas para a tessitura textual, mas também para a tessitura das relações estabelecidas entre elas e sociedade; entre elas e a realidade social; entre elas e os acontecimentos ou fenômenos que narram; entre elas e aquilo que se produz e reproduz socialmente; é preciso olhá-las, portanto, como fenômeno comunicacional.

Poder-se-ia afirmar que tal perspectiva constitui aquilo a que Thompson (2011b) se refere como falácia do internalismo – um processo analítico em que formas simbólicas são consideradas apenas por elas mesmas, com vistas à obtenção de resultados sobre o que emana da mensagem. Pensar, no entanto, esse tipo de pesquisa, de caráter qualitativo e cuja postura é marcadamente interpretativa, é relevante à medida que se estão pesquisando temas de subjetividade social em um processo, como o diz Rosenthal (2014), de investigação de um texto determinado a fim de reconstituir o seu sentido social, pois esse mesmo texto constituiria uma realidade autônoma a ser interpretada, uma forma de expressão produzida pelas formas de interação social.

Pensamos essa escrita no âmbito de uma crítica da mídia, mas não a partir da assertiva descurada segundo a qual as mídias jornalísticas e seus profissionais constituiriam ente perverso, cuja ação seja definida apenas nos termos de manipulação e de uma totalizante colonização ideológica. Antes, a postura que adotamos aqui pressupõe a constituição contextual das narrativas jornalísticas de violência como

fenômeno midiático brasileiro, cujos processos de produção e circulação se dão a partir de fatores específicos, como a concentração midiática, em que as mídias de massa desempenham ainda um relevante papel na formação das bases de conhecimento sobre fenômenos sociais (como a violência), por meio de mídias jornalísticas de alcance nacional e, sobretudo, das de alcance local.

Ao sondarmos fenômeno midiático e violência, realizamos um esforço de pensar a complexidade da relação entre os elementos da realidade social e os narrativos. As considerações de Ferreira Junior e Costa (2016) instam-nos a pensar que as narrativas jornalísticas de violência não operam nem de um ponto de vista totalizante, tendo efeitos diretos no aumento ou na total compreensão da violência urbana, nem operam como um falseamento da realidade, do ponto de vista da total fabricação da violência nos produtos midiáticos. O processo que se opera é o de produção e difusão de interpretações, de mobilização de conhecimentos sobre as relações em sociedade e sobre o estar na cidade. Falamos da violência de um ponto de vista da condicionamento e disponibilização de formas de conhecimento sobre esse fenômeno, formas circunscritas nas narrativas e delas transbordantes.

Podemos pensar as narrativas jornalísticas como difusoras desse conhecimento, em uma relação na qual dialogam com os referenciais que já estão presentes na teia de representações da realidade social e as realimentam. Pensamos a representação, portanto, em uma dupla dimensão: a da narrativa, um relato sobre a sociedade, formatada e construída como produto organizacional, que fala sobre a realidade social, seleciona os fatos, tradu-los e inscreve interpretações sobre eles (BECKER, 2009); e da representação social, uma forma de conhecimento socialmente partilhada (JOVCHELOVITCH, 2000; MOSCOVICI, 2011). Utilizaremos, pois, os dois termos ao longo do trabalho: narrativas jornalísticas, como artefato formados por processos organizacionais de feitura; e representações sociais, como formas simbólicas que circulam na tessitura da subjetividade social. Ambas as ideias implicam processos específicos de falar da sociedade, importando para nossa perspectiva, à medida que buscamos compreender mídia e a sua relação com fenômenos que emergem do ambiente social.

O lugar da violência na mídia

Na sua passagem para uma forma produzida socialmente e condicionadora de conhecimentos, a violência influi na maneira como pensamos a relação entre mídia e violência urbana, à medida que se constitui como fenômeno social em um contexto. De acordo com Wieviorka (2006, p. 201), a violência costuma ser tomada como um objeto difuso pelas Ciências Sociais, objeto a que se responde com a difusa mobilização de teorias e métodos, para compreendê-la e abordá-la, já que “o termo violência amalgama um conjunto de noções, todas mais ou menos confusas ou desordenadas [...] não funde apenas fenômenos distintos ou que seria preciso distinguir analiticamente”. Compreendendo tal crítica, pensamos também que esse caráter difuso da violência constitui uma das suas especificidades como objeto de pesquisa social, sobretudo, porque as muitas dimensões do fenômeno requerem múltiplas possibilidades analíticas, já que se pode falar da violência no nível psicológico, societal, da sua manifestação física ou mesmo sociossimbólica³.

É esse pensamento que nos leva ao terreno da comunicação midiática, pois a violência, que nos é dada a conhecer pelas narrativas, é prenhe de sentido social e desempenha papéis diversos em nossas vidas cotidianas e relação com os espaços urbanos. De acordo com Michaud (2001), a violência constitui mesmo um objeto social heterogêneo, cujo caráter é dado pelas referências normativas de uma sociedade. O autor situa a mídia e a comunicação de massa como aspectos da sociedade contemporânea que devem ser equacionados quando do pensar a violência; sobretudo, porque as mídias são os difusores da evidência indireta e das imagens que medeiam nossa relação com o mundo, transformando a experiência com a violência, já que são as representações e não só as violências imediatas que definem nossas ideias sobre o fenômeno.

Costa (2011, p. 196) define essa relação nos termos de um “modelo midiático do espetáculo” que realiza uma performance sociocultural, ao difundir ideias sobre violência, interpretações sobre a sua ocorrência, valorações sobre os envolvidos e tendências à descontextualização. Ainda que relacionado primeiramente aos fenômenos de mídia e violência a partir da comunicação midiática na região amazônica, o conceito

³ É preciso considerar essa violência em contexto, pois o fenômeno midiático constitui-se a partir do fenômeno da violência. Alguns tipos de ocorrência de violência urbana no Brasil, como assaltos, prisões e apreensões de entorpecentes e mesmo homicídios, estão relacionados a dinâmicas mais amplas, da própria América Latina, em que países vizinhos ao Brasil o utilizam como rota para o mercado internacional do tráfico de drogas (a partir da Amazônia e do Centro-Oeste) e mercado de consumo (sobretudo o Nordeste e o Sudeste). Desse modo, as violências que se manifestam localmente são consequências de uma dinâmica regional e internacional, assim como da precarização dos modos de vida no Brasil.

representa uma possibilidade de se pensarem as rotinas narrativas da mídia brasileira, pois que seus produtos e artefatos misturam as lógicas do jornalismo e do infoentretenimento, além de serem concebidos a partir das ideias de homogeneização do fenômeno da violência, de deslocamentos e de silenciamentos quer sobre os sujeitos sociais quer sobre as realidades complexas que esse fenômeno abarca.

Opera-se, por meio desse modelo, uma dramatização da violência no âmbito das narrativas, por meio da apresentação de fatos e sua recomposição significativa pelas rotinizações midiáticas, produtora dos artefatos textuais com que nos deparamos: as narrativas jornalísticas sobre violência desses modelos midiáticos. Nessa cultura midiática, “a violência tornou-se fato comum, notícia corriqueira, com o interesse de comover, mexer com os sentimentos, não importando de que forma está sendo apresentada a informação”, sobretudo, porque “o importante é padronizar comportamentos, tratar as notícias como ‘produtos’ sujeitos à ‘lei de mercado’, recorrendo dessa forma ao sensacionalismo e à violência, glamourizando o crime e criando estratégias de sedução” (COSTA, 2011, p. 180). A esse respeito, infere que

Na contemporaneidade os meios de comunicação têm contribuído para disseminar a violência, produzindo a sua dramatização de forma espetacularizada, buscando atrair a audiência. Falamos, fundamentalmente, do efeito da violência simbólica provocado pelo ‘campo jornalístico’. A violência passa a ser consumida como mercadoria, e esse consumo também integra o processo de sua produção, ainda que como representação. Os fatos são tirados de seu contexto concreto e transmitidos como se fossem eventos fragmentados, sem qualquer vínculo com a história, a sociedade, com a economia (COSTA, 2005, p. 185).

Na década de 1990, quando esse caráter espetacular e sensacionalista se consolidava nas narrativas sobre crime, criminalidade e violência, Adorno (1995) entendia o papel da mídia e do jornalismo policial como o de visibilizar ocorrências que não viriam a conhecimento público em outras condições, ao mesmo tempo em que a tendência à dramatização corroeria tal processo pela exacerbação e por uma dimensão encenada que projetava a violência como algo crescente, diante do qual nada se poderia fazer. Ramos e Paiva (2007) apontavam quadro similar na década passada, quando alguns jornais haviam extinguido as editorias de polícia e se havia começado a pensar em segurança pública; mas, ainda assim, a ideia de uma cobertura que corre atrás do crime era a tônica das rotinas narrativas das mídias de massa, cuja principal fonte mantinha-se a polícia tanto ostensiva quanto judiciária e cuja interpretação da realidade das periferias urbanas ainda redundava na estereotípica periferia violenta.

Podemos falar mesmo, a partir de Martín-Barbero (2002), de uma conjuntura mais ou menos similar na vida urbana latino-americana, em que “os meios vivem dos medos”. Para o autor, os meios de comunicação atuam como reforçadores de medos socialmente já existentes, medo da insegurança, do outro, da criminalidade, em um contexto em que a rua e o espaço público dessa cidade insegura expulsam as pessoas da vivência na e com a urbe. Isso torna a mídia um verdadeiro espaço de socialização e de contato com o mundo, em um contexto problemático, em que precariedade e *handicaps* socioculturais convivem com a centralidade e a sofisticação da mídia, que tem uma importância desproporcional, segundo ele, para a vida cultural da região, tornada possível justamente por essa ausência de espaços de negociação do conflito e pela não representação sensível da própria sociedade. Para ele, a mídia de massa é relevante, sobretudo, do ponto de vista “da formação de imaginários coletivos, isto é, uma mescla de imagens e representações do que vivemos e sonhamos, do que temos direito a esperar e a desejar” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 29, tradução nossa).

Barreira (2016), que pensa a partir da realidade brasileira, fala de um processo no qual “o tema da violência e dos conflitos é cada vez mais instigador, diversificando-se, convertendo-se em mais complexo e obtendo novas configurações” (2016, p. 478, tradução nossa), nas quais, entre as muitas dinâmicas, como das sociabilidades ou das causas sociais, etc., é relevante compreendermos que “as notícias jornalísticas deixam transparecer a vulnerabilidade dos transeuntes, a crueldade das ações, assim como a imprevisibilidade das práticas delitivas” (2016, p. 476-477, tradução nossa). É nesse cenário que se projeta a violência difusa relacionada, sobretudo, ao tráfico de drogas, aos crimes de pistolagem e homicídios, mas que se caracteriza pelo seu espraiamento no tecido social urbano e pela potencialidade de envolver e vitimar quaisquer pessoas. Desse modo, os jornais e as narrativas midiáticas participam de um processo de representação da violência difusa atrelada a medos sociais e sensação de insegurança.

Por essa razão, muitas das narrativas jornalísticas de violência constituem narrativas policiais, pois possuem a lógica de relatos de polícia ou mesmo de boletins de ocorrência, apresentando acusados, vítimas, tipo de crime, circunstâncias e possíveis motivações. Quando das especificidades, o jornalismo impresso chega a apresentar fotografias de cadáveres, dos acusados, de drogas apreendidas, dos lugares dos crimes; falas das pessoas envolvidas, testemunhas ou policiais. Já o televisivo apresenta as imagens dos acusados, evita mostrar cadáveres explicitamente, mostra a ação das polícias, entrevista esses policiais, acusados e vítimas, expõe e constrange acusados,

mas, sobretudo, é alinhavado por apresentadores que os ligam narrativamente em suas performances televisivas. Já a tendência que se pode ver na mídia em rede, como em portais, marcadamente, de caráter regional é a maior fragmentação dessas informações e o amplo uso de material multimídia, como vídeos com violência explícita ou mesmo imagens, para garantir maior quantidade de acessos, compartilhamentos e *likes*.

Tal rotina, ainda que pressuponha inclinações e itinerários de ordem político-mercadológica, tem também um potencial desmobilizador, ao apresentar a não-reflexão e a sentença irrevogável da falência como o entendimento da violência urbana. Sobretudo, porque as características desses modelos midiáticos permanecem, basicamente, as mesmas, com poucas alterações ao longo do tempo, principalmente em mídias de circulação regional. A cidade, seus espaços, seus ‘outros’ e o seu ‘caos’, nesse processo, são dados a ver desse modo para os indivíduos em sociedade e, conseqüentemente, passam a ser compreendidos por tais lógicas midiáticas.

À medida que essa lógica do industrialismo da violência é condicionada pela estruturação midiática e pela ocorrência do fenômeno no Brasil, cumpre levarmos em conta que está no cerne das atividades hodiernas dos meios de comunicação do país; não constitui um tema menor nos fenômenos midiáticos sobre o qual se refletir. Ao contrário, é um dos elementos relevantes para se compreender o que a sociedade pensa sobre o cenário da cidade, da violência, das populações periféricas, do risco, do medo e da insegurança; compreendendo, sobretudo, a comunicação midiática como parte da vida social, como parte de uma sociedade que fala de si, cujo estudo nos ajuda a compreender a base das representações que temos sobre nós.

O fenômeno midiático como problema de comunicação

Diante desse quadro problemático, ao pensarmos as narrativas jornalísticas, recorreremos à perspectiva da comunicação midiática e àquilo a que nela se realiza, os processos de construção e as rotinas institucionais. Mas, mais do que apenas tomar a mídia ela mesma como comunicação, devemos pensá-la como inserida em relações sociais de natureza comunicativa, em um processo no qual nós temos uma instituição social do poder simbólico (THOMPSON, 2011a) que fala sobre essa sociedade, dentro de um contexto social e histórico, sendo parte de um processo de midiatização da vida social, sobretudo no que diz respeito aos fenômenos da vida urbana.

Pensada do ponto de vista das relações que se estabelecem por meio da mídia e as maneiras pelas quais processos sociais de significação se realizam, a midiatização reconhece a aderência das lógicas midiáticas às nossas relações quer no âmbito da vida cotidiana quer no das instituições sociais ou da cultura. A midiatização não é ela mesma um sinônimo para comunicação midiática nem para comunicação. A midiatização, antes, fala das relações entre mídia e sociedade e descreve uma condição social da vida contemporânea na qual as mídias foram integradas às nossas formas de ver, de estar e de experimentar o mundo, seus sujeitos e a nós mesmos.

Mudanças que se processam em domínios cognitivos, intersubjetivos, micro e macrosociais; mudanças que pressupõem também alterações nas maneiras como se faz comunicação. A comunicação, portanto, é um dos âmbitos em que a midiatização se faz sentir e o campo científico privilegiado do qual emerge essa reflexão. A disputa pelo conceito é grande, tanto no que tange às nuances da midiatização quanto na sua diferenciação da ideia de mediação. No que interessa ao escopo deste artigo, destacamos a conceptualização de Verón (2014), cujo ponto de vista requer pensar a midiatização a partir de uma perspectiva ampla, histórica e antropológica, que reflita sobre o processo da semiose nas sociedades humanas, que hoje redonda nas questões tecnológicas e comunicacionais com as quais nos deparamos.

Para Verón, essa midiatização refere-se sim à emergência e ao recrudescimento da presença das mídias na vida social. Mas não somente. Ele a situa em um processo de longo termo, um processo pelo qual começamos a significar o mundo, ao nosso redor, marcadamente por meio de objetos e processos de simbolização. Na esteira das reflexões sobre esses mesmos fenômenos e seus partícipes, assim, ele apresenta o conceito de fenômenos midiáticos (*mediatic phenomena*), definido como o produto das nossas capacidades semióticas, constituído por meio da “exteriorização de processos mentais sob a forma de um dispositivo material” (VERÓN, 2014, p. 164, tradução nossa).

Pensar em fenômeno midiático ajuda-nos a compreender e a adotar uma postura teórico-metodológica em que a mídia não é tomada como um fenômeno comunicacional *per se*. A ideia do fenômeno midiático, conforme a define Verón, tem a ver justamente com a maneira como mídias se configuram parte de processos de comunicação e constituem a midiatização como forma de interação com o mundo, cujo problema principal é o do significado social. O problema da mídia, nessa perspectiva, é o da significação, pois a midiatização se inicia quando um objeto ou material deixa de

ser ele mesmo e é percebido como um elemento ou artefato potencialmente diferenciado dentro do “espaço psicológico imediato da comunidade” (2014, p. 165, tradução nossa), condicionando comportamentos técnicos de fabricação e de uso. Isso fornece o substrato com que se pensar a constituição semiótica da linguagem e o efetivo problema da significação.

Esse “fenômeno midiático de exteriorização de processos mentais” (2014, p. 165, tradução nossa), assim, redundando em uma tríplice consequência: a autonomia dos signos exteriorizados tanto dos emissores (*senders*) quanto dos receptores (*receivers*); a persistência desses signos materializados no tempo, com alterações das relações entre espaço e tempo; e o “corpo de normas sociais” definindo os modos de acesso a esses signos autônomos e materializados. Assim, configuram-se basicamente as condições para a emergência dos fenômenos, à medida que formas de uso institucionalizadas nas sociedades humanas, em um tempo e espaço determinados, dão-se em torno de um dispositivo comunicacional, de um meio (*medium*).

A perspectiva de Verón sobre mediatização permite um diálogo com os elementos de significação presentes no mundo da vida cotidiana, conforme o apresentam Berger e Luckmann (1991). Para eles, o problema da Sociologia do Conhecimento é centrado tanto na realidade quanto no conhecimento, sendo a primeira, nos termos dos autores, uma qualidade de existência independente, que reconhecemos haver nos fenômenos; e o segundo, a certeza de que esses fenômenos são reais e possuem características específicas. Falamos assim de “conhecimento que guia condutas na vida cotidiana e [...] realidade como disponível no senso comum dos membros ordinários da sociedade” (1991, p. 33, tradução nossa).

A vida cotidiana se apresenta como uma realidade interpretada pelos seres humanos e subjetivamente significante para eles como um mundo coerente. [...] O mundo da vida cotidiana não é somente tomado como realidade pelos membros comuns da sociedade na condução subjetivamente significante de suas vidas. É um mundo que se origina de seus pensamentos e ações, e é mantido como real por eles. [...] devemos, portanto, tentar deixar claros os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana, a saber, as objetivações de processos subjetivos (e significados) pelos quais o mundo intersubjetivo do senso comum é construído. (BERGER; LUCKMANN, 1991, p.33-34, tradução nossa).

Podemos afirmar, portanto, que essa dinâmica do fenômeno midiático é a razão pela qual surge o artefato midiático, como as narrativas sobre cuja reflexão nos propomos; ao mesmo tempo, inferimos que a dinâmica presente nesses processos é de mediatização, pois a significação que elas ensejam adere aos conhecimentos cotidianos

sobre a realidade social, que circulam em um ambiente sociossimbólico. Essa significação, como a definem Berger e Luckmann, consiste na objetivação de subjetivações que se transformam em um “constituente objetivamente acessível da realidade” (*objectively available constituent of reality*), algo do ponto de vista de um artefato social, um objeto socialmente acessível, parte da formação dessa base do conhecimento da vida cotidiana, que os sujeitos assumem em um mundo intersubjetivo, um mundo compartilhado, construído sobre estoques sociais de conhecimento.

A realidade da vida cotidiana não é repleta apenas de objetivações; só é possível por causa delas. Estou constantemente cercado por objetos que 'proclamam' as intenções subjetivas de meus semelhantes, embora, por vezes, eu possa ter dificuldade em estar de fato certo sobre o que um objeto particular está 'proclamando', especialmente se ele foi produzido por homens a que não tenha conhecido bem ou de todo em situação face a face. Um caso especial, mas crucialmente importante de objetivação é o da significação, que é a produção humana de signos. Um signo pode se distinguir de outras objetivações pela sua intenção explícita de servir como um índice de significados subjetivos. [...] Os sinais e sistemas de sinais são objetivações, no sentido de serem objetivamente acessíveis além da expressão de intenção subjetivas 'aqui e agora' (BERGER; LUCKMANN, 1991, p. 50, tradução nossa)

O fenômeno midiático, portanto, e as narrativas como fenômeno midiático participam desse processo, pois é nelas, enquanto artefato, que se encontram inscritos significados sociais, que as tornam potenciais difusores de conhecimento sobre a realidade, capaz de aderir aos estoques de conhecimento que os sujeitos possuem e põem em circulação no mundo compartilhado da vida cotidiana, no domínio da experiência e do vivido. Narrativas que não subsistem no vácuo e que são, contemporaneamente, relevantes objetos sociais que pressupõem uma relação comunicativa com a vida social. A dinâmica que se produz é de complexificação do papel da mídia que, além de mediar nossas relações com os fenômenos, difunde lógicas de perspectivação e de interpretação sobre eles. Se pensarmos que esses fenômenos midiáticos nos põem em interação com o mundo e com os sujeitos, podemos passar a pensar, então, que as narrativas são algo mais do que apenas uma manifestação material, e que as narrativas jornalísticas de violência são mais complexas na sua persistência na sociedade.

As narrativas entre relato e representação

Essas implicações do fenômeno midiático e do fenômeno da violência influem na maneira como concebemos o mundo em que vivemos, situando-nos nele. Para Motta

(2013), as narrativas jornalísticas são uma produção sociocultural cujo projeto se alinha a uma compreensão narrativa da realidade, estabilizando significados, definindo normas e desvios. Porque não só relatos representativos, são uma forma de constituição do nosso mundo, estabelecem condições para que ele exista significativamente. Elas participam de uma disputa pela criação dos sentidos públicos dos eventos, à medida que são uma ação simbólica de organização da experiência de uma sociedade.

Vivemos hoje em uma sociedade mediada. Experiências diretas e testemunhas são cada vez menos frequentes. Relatos variados nos proporcionam parte do nosso conhecimento sobre o mundo. [...] Eles tornam menos caótica a complexa e desordenada realidade na qual vivemos, nos ajudam a classificar e compreender os incidentes. Orientam nossa vida prática, comportamentos e decisões. Constituem experiências essenciais para indivíduos e sociedades porque tornam natural o mundo social, tal como ele se apresenta (MOTTA, 2013, p. 54-55).

As narrativas jornalísticas de violência, assim, podem ser pensadas como um material simbólico, um artefato de análise e uma passagem à compreensão de um projeto da dramático, envolvido na co-construção da realidade, já que a comunicação narrativa, enquanto processo comunicacional, envolve a performance dos sujeitos interlocutores, admitindo-se a interlocução com um destinatário difuso ou ausente, sobretudo nas mídias de massa, com influências recíprocas, tanto em processos assimétricos quanto simétricos. Olhar para as narrativas jornalísticas de violência permite-nos compreender como elas apresentam e representam a complexidade das relações sociais, inseridas em um processo de negociação político e simbólico, e na diária disputa por verdades e sua construção.

Isso nos leva à dupla dimensão de análise dessas que pretendemos apresentar, pois a constituição das narrativas jornalísticas de violência como fenômeno midiático, envolvido nos processos acima apresentados, resulta da articulação desses dois níveis, que devem ser pensados quando de sua análise. Apresentamos, a seguir, aquilo que consideramos serem os elementos conceituais relevantes da perspectiva teórica de Becker (2009), sobre os relatos sobre a sociedade, e de Moscovici (2011), sobre as representações sociais; ambos pontos de vista que importam para pensarmos as narrativas jornalísticas de violência.

A dimensão do relato

O relato sobre a sociedade é entendido por Becker (2009) como um produto organizacional que fala sobre a realidade social e a apresenta por meio de uma rotina técnico-formal e mesmo de inscrição simbólica no artefato, realizadas a partir da linguagem e das finalidades dos campos em que são produzidas, dos seus mundos produtores de relatos. Portanto, o relato como “uma ‘representação’ da sociedade é algo que alguém nos conta sobre algum aspecto da vida social. [...] Representações de uma porção da realidade [...] maneiras de falar sobre a sociedade ou alguma parte dela” (2009, p. 18-19).

Existe um processo de feitura dessas representações, cujos usos são afetados pela organização social segundo a qual os produtores realizam operações de transformação sobre a realidade social. De acordo com o autor, um relato é sempre parcial, tanto em experiência quanto nas possibilidades que ele oferece de interpretarmos essa realidade e seu contexto. Esses relatos são orientados a falar algo, focalizando alguns elementos mais do que outros, e as várias operações sobre a realidade são feitas tanto por produtores quanto por usuários, a fim de que se chegue à compreensão do que as representações querem comunicar.

A dimensão do relato compreende o fato de que essas atividades representacionais envolvem uma “comunidade interpretativa”: “uma organização de pessoas que faz rotineiramente representações padronizadas de um tipo particular (‘produtores’) para outros (‘usuários’) que as utilizam rotineiramente para objetivos padronizados” (2009, p. 20), constituindo uma “organização do fazer e do usar”, um mundo em torno dos relatos.

Esses fatos transformados nos relatos emergem de “uma descrição de como as coisas são: como alguns tipos de coisa são, em algum lugar, em algum momento” (2009, p. 23). Nas atividades representacionais, os produtores utilizam procedimentos e métodos que conferem um status factual às representações, reconhecido e legitimado pela comunidade interpretativa. No entanto, fatos não são realidade dadas e acabadas, antes pressupõem uma teoria explicativa, que dê conta das entidades a serem descritas, características que podem eles ter, podem ser neles observadas ou ser inferidas a partir das características observáveis. Desse modo, resta a compreensão de que “um relato sobre a sociedade, portanto, é um dispositivo que consiste em declarações de fato, baseadas em evidências aceitáveis para algum público, e interpretações desses fatos, igualmente aceitáveis para algum público” (2009, p. 26).

Na atividade representacional, as pessoas-produtores não partem do nada para coletar os fatos da sociedade e os interpretar: eles recorrem ao que já se disse, usam as formas, os métodos e as ideias de que o grupo social dispõe, as convenções para o fazer. Os artefatos-relatos sobre a sociedade pressupõem atividades organizadas, inseridas num contexto organizacional, à medida que as pessoas contam o que se pensa saber às que querem saber. Portanto, esses artefatos-relatos têm de ser vistos “como restos congelados da ação coletiva, reanimados sempre que alguém os emprega” (2009, p. 27).

Assim, nessa feitura, a ação representacional pressupõe transformações e o afastamento de uma “concretude do contexto original” do fenômeno, da matéria-prima. As atividades que redundarão no relato todas realizam transformações sucessivas nas representações e nos modos de ver, até chegar a esse relato, como, à guisa do que buscamos aqui pensar, da passagem dos acontecimentos para as narrativas de violência.

A dimensão constitutiva das narrativas de violência, abarca as rotinas midiáticas corporativas, que institucionalizam e convencionam a produção jornalística sobre determinadas temáticas. Esse relato é formatado na esteira dessas transformações sobre os elementos da realidade social, inscritos nas narrativas e postos em circulação em editoriais de polícia, em programas policiais ou em reportagens difusas sobre a violência que cresce nas cidades. O relato é o momento de emergência do fenômeno da violência como inscrição interpretada, oferecida à sociedade como forma de compreensão do problema público, para o qual convergem os fatos organizados de modo narrativo, a partir da rotina da feitura.

Olhar essa atividade de produção é importante, porque, como o próprio Becker afirma, os relatos comportam uma tentativa de controle do que os usuários fazem das representações, de restringir seus usos e interpretações, ainda que esses usuários o possam transformar. No que tange às narrativas de violência, esses tensionamentos são potencialmente de outra natureza, já que a ideia circulante na sociedade, já tomada por realidade, comporta os elementos reiterados pelas narrativas de violência, quer que a periferia seja violenta, que a criminalidade só aumente, quer que a violência policial seja a medida necessária para pôr fim à violência urbana. Quando se trata das narrativas de violência, às ideias inscritas pelos produtores nas narrativas aderem não só fórmulas do jornalismo policial, dos programas espetaculares, mas também os deslocamentos que advém do medo e da própria imagem da violência que nós temos.

Podemos pensar a partir de alguns conceitos de Becker, envolvidos na ação de representar pelo relato, que compete aos produtores e aos seus mundos organizacionais.

O conceito de seleção está assente na necessidade de incluir algo e excluir uma grande parte da realidade, quando dos empregos convencionais dos meios. No caso das narrativas de violência, essa seleção se manifesta nos âmbitos temáticos, daquilo que será considerado como violência, marcadamente ocorrências de crime e criminalidade; excluindo-se formas de violência como a violência de gênero, racismo, violências dos conflitos sociais, etc., incorporando somente eventos que têm relevância na compreensão estreita da própria violência urbana e que podem redundar em impactos mercadológicos e políticos.

O conceito de tradução consiste na transposição dos elementos da realidade para elementos convencionais, apresentando uma realidade reduzida em uma determinada forma representacional. Para as narrativas jornalísticas, pode-se pensar que são as informações coletadas, fornecidas pelas polícias, testemunhas, vítimas ou acusados, que perfazem seu caminho até a narrativa, sendo elementos difusos dos eventos traduzidos em ordem de apresentar o itinerário dos crimes. Isso leva ao conceito de arranjo, que consiste na ordenação dos elementos selecionados e traduzidos, oferecendo as interpretações e compreensões sobre os fatos, apresentando, por exemplo, a causalidade desses eventos. Assim, o arranjo com o qual lidamos é, marcadamente, o da narrativa jornalística; isso ordenará a apresentação da síntese dos crimes em um *lead* ou um comentário, tecerá significativamente elementos de um início, meio e fim desses acontecimentos, oferecerá as razões para o desfecho do evento, apresentará os envolvidos como personagens e o acontecimento como uma história.

A dimensão do relato nessas narrativas permite-nos pensá-las do ponto de vista de seus modos complexos e de sua origem no “mundo organizacional” da mídia. É fácil nos esquecermos desse tipo de organização quando olhamos para as representações midiáticas, na sua profusão e confusão, por conta de sua quotidianidade e seu espraiamento no tecido social. Essa dimensão é difícil de mensurar e de equacionar de modo total, dadas as próprias complexidades dos usos da comunicação midiática e a heterogeneidade da sociedade. É, no entanto, relevante para compreendermos um modo do qual se fala dessa realidade social, na qual estamos imersos.

A dimensão da representação

Aqui o conceito de representação com o qual dialogamos advém da Teoria das Representações Sociais, de Moscovici (2011), para quem elas fazem parte de um

ambiente sociossimbólico que nos cerca e que nós habitamos. As representações são formas de conhecimento socialmente partilhadas, produzidas interativamente em nossa vida cotidiana e por ela. Trata-se de um tipo de conhecimento que pode ser definido como da ordem do senso comum, que fala sobre história, tradições, identidades e modos de estar no mundo. Para o autor, como são produzidas por interação, são um problema de comunicação, pois os domínios do cotidiano e das nossas relações se processam por essas representações.

A especificidade de se considerar esse tipo de representação está em se pensar a comunicação em um processo social, mais especificamente, de cognição social. Essas representações são condicionadoras de condutas frente àquilo que temos que responder, frente aos objetos sociais com o qual nos deparamos da nossa vida cotidiana, relacionando aparência e realidade, definindo aquilo que representamos como realidade. Elas se formam em uma atmosfera social e cultural, em que agentes como os meios de comunicação de massa respondem à necessidade de reconstruir o senso comum, entendido como substrato de imagens e sentidos das coletividades; essas representações passam a constituir um fenômeno à parte, relacionado àquilo sobre o que elas dão a saber.

Tal é o papel de se pensar as representações sociais projetadas e inscritas nas narrativas jornalísticas de violência. De acordo com Jovchelovitch (2000), como a violência é parte da vida social brasileira e um dos âmbitos onde se expressam a extrema desigualdade e a constituição da cidadania no nosso contexto, pressupõem-se as representações sociais como espaço simbólico, um campo de significação. A mídia, como ator nesse espaço, representa uma instância de produção das representações no âmbito da vida coletiva e da vida cotidiana, fazendo circular ainda mais contradições e tensionamentos em um contexto no qual proliferam uma realidade social problemática e representações que a negam ou a enviesam. Isso leva, portanto, à compreensão de que, “o problema é de como representações sociais e a vida pública se relacionam, ou seja, como a vida pública dá origem a representações que se tomam, elas mesmas, constitutivas do objeto que originalmente as formou” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 32).

É relevante investigar as narrativas jornalísticas de violência do ponto de vista das representações sociais, porque elas constituem parte do fenômeno da violência na sociedade brasileira, a partir da subjetividade, daquilo que pensamos sobre ela, daquilo que imaginamos sobre a cidade, do que concebemos como risco, dos indivíduos que

consideramos perigosos, das avaliações morais que fazemos, condicionando esses elementos na nossa ação diante do objeto social que é a violência urbana. Desse modo, podemos compreender que a representação, “sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, constitui uma realidade *sui generis*. Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional ignorada, mais fossilizada ela se torna. O que é gradualmente ideal, gradualmente torna-se materializado”. (MOSCOVICI, 2011, p. 41, grifo do autor).

As narrativas, assim, fazem parte de um campo problemático que, nas suas dimensões de fenômeno objetivo e sociossimbólico, é configurador de parte da vida social no contexto brasileiro, pois as imagens e narrativas da mídia transmutam-se em saber e conhecimento sobre a sociedade e quem somos nós perante ela. Isso nos leva ao nível analítico das representações sociais, qual seja, o da ancoragem e da objetivação que transformam o não-familiar em familiar e, em última instância, naturalizam-no, fazendo-o existir em uma realidade vivível, tangível, concreta, em que o difuso e profuso são organizados significativamente.

A ancoragem processa a categorização e a nomeação daquilo que nos desestabiliza, facilitando a interpretação das intenções ou motivações nas condutas das pessoas, nas ações ou nas conjunturas. O que as narrativas fazem é justamente isso: apresentam elementos reconhecidos como pertencentes ao domínio da violência urbana, identificando os casos a partir de categorias de crimes, como homicídios, assassinatos, assaltos, etc.; nomeando e tipificando os acusados, ou como ladrões, ou bandidos, ou meliantes, ou vagabundos; além de indicar relações entre elementos como a ocorrência dos crimes e espaços urbanos, como a periferia ou territórios específicos, que passam a integrar uma categoria do entendimento da violência urbana. A ancoragem, como processo de subjetividade social operado no âmbito midiático, torna-se parte das ideias partilhadas, compondo e realimentando uma espécie de vocabulário sobre a violência encontrado na vida cotidiana.

A objetivação, como consequência da ancoragem, processa a efetiva transformação desses elementos naquilo que percebemos como a realidade da vida social, naquilo que é a experiência do vivido, materializando abstrações, por meio de sentidos concretos que equivalham aos objetos a que as palavras se referem; formam, assim, um núcleo figurativo, um paradigma de sentidos, presente nas formas significantes relativas aos fenômenos. No nível da narrativa e da relação que por ela se processa, a objetivação acontece na reiteração dos elementos que descrevem a violência

urbana, que a tipificam. À medida que as ideias ancoradas se tornam a verdadeira compreensão e aquelas reconhecidas socialmente para o fenômeno, a objetivação das imagens pelas palavras institui o corpo de conhecimento social usado para se referir ao fenômeno, para conceber a violência como algo que nos cerca e faz parte da nossa experiência. Assim, a violência de que a mídia fala, cujas narrativas encenam a falência da sociedade, integra o conhecimento que usamos para nos situar no mundo, diante das interpretações da violência iminente, da sociedade dividida entre bons e maus, da guerra e do caos urbano, da violência que, deslocada e estereotípica, pode ser avaliada em termos morais e individuais, prescindindo de avaliações societais pertinentes. Desse modo, as ideias reapresentadas pelo senso comum em nossa sociedade continuam a ser alimento para as narrativas e para as representações, prevalecendo na vida coletiva.

Considerações finais

O fenômeno midiático é um processo social cuja significação é constituída a partir das experiências e do conhecimento do mundo partilhado. O mundo partilhado é amplo, mas as narrativas jornalísticas participam dele, porque são, ao mesmo tempo, substrato para a difusão de sentidos sociais e produto desse substrato. A relação entre mídia e sociedade é complexa, mas, no que tange à violência, permanece ainda um fenômeno sobre o qual se refletir. Sobretudo, porque, se a encarmos do ponto de vista do conhecimento que a sociedade tem de si, o próprio fenômeno não é entendido de uma perspectiva holística, mas pelas muitas narrativas que se difundem no tecido social.

Essas narrativas jornalísticas de violência participam da formação desse mundo e estão presentes do processo de definição dos acontecimentos, pela disponibilização de conhecimento sobre a realidade social e cotidiana, quer de dentro quer de fora do contexto. Pensamos as narrativas, portanto, nessa conjuntura da partilha, com potencial organizativo sobre essa realidade, operando em termos de um rearranjo simbólico na vida representacional, que parte das narrativas, potencializa-se nas interpretações nela inscritas e por ela possíveis, abarcando fenômenos, acontecimentos, sujeitos, territórios.

Pensar essas narrativas enquanto fenômenos midiáticos, permite reinseri-las em processos sociais de significação e da compreensão coletiva de um fenômeno social, pois que a mídia desempenha ainda um papel relevante no fazer circular tais sentidos sobre a violência em artefatos narrativos, que participam da tessitura da experiência, das percepções e relações sociais.

Procuramos aqui pensar possibilidades de conceber esse fenômeno midiático das narrativas jornalísticas de violência, a fim de destacar possibilidades analíticas de encará-lo por meio de uma perspectiva complexa, dando ênfase à produção e construção social dessas narrativas. O entendimento desse processo abre mais possibilidades ainda, já que a compreensão não totalizante do papel das narrativas mantém-nos abertos a conceber os tópicos da comunicação midiática como sendo da ordem do pertencimento a dinâmicas na qual mesmo nós estamos amplamente inseridos.

Referências

- ADORNO, S. Violência, ficção e realidade. In: SOUSA, M. W. (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: ECA/USP; Brasiliense, 1995. p. 181-188.
- BARREIRA, C. Muertes violentas y escenarios urbanos: inseguridad, miedo y crueldad. In: BARREIRA, C.; SANTOS, J. V. T. (Org.). **Paradoxos da segurança cidadã**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 475-489.
- BECKER, H. S. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality**: a treatise in the sociology of knowledge. London: Penguin Books, 1991.
- CORREIA, J. C. **Teoria e crítica do discurso noticioso**: notas sobre jornalismo e representações sociais. Covilhã: Livros Labcom, 2009.
- COSTA, A. C. Um olhar midiático sobre a violência. In: BRITO, D. C.; BARP, W. J. (Org.) **Violência e controle social**: reflexões sobre práticas de segurança pública. Belém: Numa/UFGPA, 2005. p. 173-190.
- _____. A violência e os modelos midiáticos de espetáculo. In: MALCHER, M. A., et al. (Org.). **Comunicação Midiatizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011. p. 179-204.
- FERREIRA JUNIOR, S. E. S.; COSTA, A. C. Enquadramentos e representações sociais da violência urbana na imprensa da Amazônia paraense. **Revista Estudos de Jornalismo**, Porto, v. 2, n. 5, p. 99-114, abr. 2016.
- JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, J. The city: between fear and the media. In: ROTKER, S. (Org.). **Citizens of fear**: urban violence in Latin America. London: Rutgers University Press, 2002. p. 25-33.
- MEDITSCH, E. O jornalismo como forma de conhecimento: uma abordagem qualitativa. In: SOUSA, J. P. (Org.). **Jornalismo**: história, teoria e metodologia da pesquisa: perspectivas luso-brasileiras. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008. p. 7-12.
- MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 2001.
- MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.
- PARK, R. E. News as a form of knowledge: a chapter in the sociology of knowledge. **The American Journal of Sociology**, Chicago, 45, n. 5, p. 669-686, 1940.

- RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.
- ROSENTHAL, G. **Pesquisa social interpretativa**: uma introdução. 5. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011a.
- _____. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011b.
- TUCHMAN, G. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, J. P. (Org.). **Comunicação e sociedade**: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 91-104.
- VERÓN, E. Mediatization theory: a semio-anthropological perspective. In: LUNBDY, K. (Org.). **Mediatization of Communication**. Berlin: De Gruyter, 2014. p. 163-174.
- WIEVIORKA, M. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.

Journalistic narratives between report and representation: concepts to a media phenomenon analysis

Abstract: The aim of this article is to present elements to analyze journalistic narratives on violence, which are a media phenomenon of Brazilian society. We build on two concepts: report on society and social representation. We deem these narratives as media phenomenon due to the articulation of those two levels, as they make social senses about the reality. In this context, the media phenomenon feeds the knowledge on urban violence, reinserting it in the society's life.

Keywords: Journalistic narrative; Media phenomenon; Report on society; Social representation; Violence.

Narrativas periodísticas sobre la violencia entre relato y representación: elementos para la analice de un fenómeno mediático

Resumen: El objetivo de este trabajo es presentar los elementos para analizar las narrativas periodísticas sobre la violencia, un fenómeno mediático de la sociedad brasileña, a partir de dos conceptos: lo relato sobre la sociedad y la representación social. Pensamos en estas narrativas como fenómeno mediático, porque en la articulación de estos dos niveles, habrá el proceso de producción de un sentido social sobre la realidad. Así lo fenómeno mediático produce e alimenta el conocimiento de la violencia urbana, volviendo a insertarlo en la vida de la sociedad.

Palabras clave: Narrativa periodística; Fenómeno mediático; Relato sobre la sociedad; Representación social; Violencia.

Recebido em: 05.08.2016

Aceite em: 13.09.2016